

Ata da reunião do Comité Executivo

Sexta-feira, 10 de julho de 2026 – Online

Sergio López (Presidente do CC SUL) abriu a reunião agradecendo aos membros pela sua presença. Recordou que esta reunião do Comité Executivo, inicialmente prevista para o mês anterior, tinha sido adiada por falta de pareceres a aprovar em sessão, na sequência das reuniões de abril.

A ata da reunião anterior, bem como a ordem do dia, foram aprovadas por unanimidade.

1. Posição do CC SUL com vista à INTERCC

Sergio López indicou que o principal objetivo da reunião era definir a posição do CC SUL para a próxima reunião da InterCC. Recordou que as discussões da InterCC se centrariam principalmente em dois grandes temas: a avaliação da Política Comum das Pescas e o funcionamento dos Conselhos Consultivos. No entanto, lamentou o funcionamento atual destas reuniões, considerando que deixam pouco espaço para um verdadeiro intercâmbio com as partes interessadas e privilegiam mais a apresentação das prioridades da Comissão do que a construção de um diálogo.

a. Avaliação da Política Comum das Pescas (PCP)

Sergio López recordou os elementos do projeto de posição: o CC SUL partilha a constatação de que os três pilares da sustentabilidade da PCP continuam a ser um quadro pertinente que permite conciliar a exploração dos recursos com a preservação dos ecossistemas. O CC SUL considera que a gestão europeia deverá responder a três grandes desafios: a conciliação da competitividade e da sustentabilidade do setor, o planeamento marítimo e a renovação geracional.

Na introdução dos debates, Sergio López indicou que considera que a avaliação realizada pela Comissão carecia de autocrítica relativamente às dificuldades encontradas na sua implementação. Segundo ele, as insuficiências constatadas não podem ser atribuídas exclusivamente aos Estados-Membros ou aos profissionais; devem também levar a Comissão a analisar os limites de certas medidas adotadas desde a reforma de 2013. Recordou que a competitividade da frota europeia se tinha deteriorado progressivamente ao longo dos últimos anos. A diminuição do número de navios e de postos de trabalho, aliada a uma dependência crescente das importações de produtos do mar, revela, na sua opinião, um desequilíbrio entre os objetivos ambientais prosseguidos pela PCP e as realidades económicas e sociais do setor. Insistiu no facto de que a política comum deveria, doravante, ter mais em conta as consequências sociais das medidas de gestão.

No que diz respeito ao ordenamento do espaço marítimo, Sergio López recordou que as atividades de pesca suportam uma parte crescente das restrições ligadas ao desenvolvimento de outras utilizações do mar. Considerou que os impactos sociais das decisões de

ordenamento do espaço marítimo deveriam ser avaliados da mesma forma que os seus impactos ambientais. Por fim, sublinhou que a renovação geracional só poderá ser assegurada se forem garantidas perspetivas económicas estáveis, condições de trabalho atrativas e possibilidades de investimento suficientes..

Julien Lamothe (ANOP) apoiou esta análise, recordando simultaneamente que a sustentabilidade da PCP assenta num equilíbrio entre as suas três dimensões – ambiental, económica e social. Lamentou que, na prática, a política comum seja hoje essencialmente orientada pelos objetivos biológicos relacionados com a consecução do rendimento máximo sustentável. Segundo ele, os objetivos socioeconómicos consagrados na PCP devem recuperar um lugar central nas decisões europeias. Recordou igualmente a importância do papel dos Conselhos Consultivos e apelou à Comissão para que tenha mais em consideração os seus trabalhos e recomendações.

Basilio Otero (FNCP) recordou que a Federação Nacional Espanhola defende, há vários anos, uma abordagem que concilie a preservação dos ecossistemas com a manutenção das comunidades pesqueiras. Salientou que os esforços envidados para melhorar a situação ambiental devem, doravante, ser acompanhados por uma atenção equivalente dedicada aos próprios pescadores, considerando que a sustentabilidade dos recursos não pode ser dissociada da sustentabilidade das empresas e dos territórios costeiros. Chamou igualmente a atenção para as dificuldades enfrentadas pelas organizações profissionais para participar nas consultas públicas organizadas pela Comissão Europeia.

Luis Vicente (ADAPI) insistiu na necessidade de preservar a capacidade de produção europeia, a fim de garantir a segurança alimentar e limitar a crescente dependência da União Europeia em relação às importações. Recordou que as dificuldades enfrentadas noutros setores alimentares demonstram a importância de manter uma produção europeia capaz de responder à procura dos consumidores.

Juan-manuel Trujillo (ETF) referiu que o último relatório do CSTEP evidencia uma deterioração contínua de vários indicadores socioeconómicos, nomeadamente o envelhecimento da população ativa, a diminuição do número de embarcações e a queda do emprego no setor. Segundo ele, estes resultados demonstram que os progressos alcançados em matéria de sustentabilidade ambiental não foram acompanhados por avanços comparáveis no plano social. Juan-Manuel Trujillo (ETF) considerou que esta análise científica constituía um argumento sólido a favor de uma evolução da PCP que permitisse integrar melhor os desafios económicos e sociais. Sem pôr em causa os avanços alcançados na gestão sustentável dos recursos, defendeu uma reforma que permitisse, nomeadamente, melhorar a segurança a bordo, as condições de vida das tripulações, a modernização dos navios, bem como a sua adaptação às novas exigências energéticas. Juan-Manuel Trujillo (ETF) recordou igualmente que várias restrições regulamentares limitam atualmente as possibilidades de modernização da frota, nomeadamente no que diz respeito à capacidade dos navios. Sublinhou que uma melhor qualidade de vida a bordo constitui uma condição indispensável para atrair novos marinheiros e assegurar a renovação geracional.

Raúl García (WWF) indicou partilhar grande parte do diagnóstico apresentado pelos representantes do setor, ao mesmo tempo que introduziu vários matizes relativamente ao futuro da PCP. Recordou que, do ponto de vista da WWF, a política comum permitiu obter resultados significativos na reconstituição de várias unidades populacionais de peixes, que constituem hoje um importante património que deve ser preservado. No entanto, reconheceu que a dimensão social da PCP continua a ser insuficientemente desenvolvida. Considerou que os trabalhos futuros deveriam integrar indicadores sociais mais precisos, nomeadamente no que diz respeito ao emprego, às condições de trabalho, à instalação de jovens pescadores, à igualdade entre mulheres e homens ou ainda aos efeitos das medidas de gestão nas economias locais. Raúl García insistiu igualmente na necessidade de acompanhar a transição do setor com um quadro financeiro adequado. Considerou que as numerosas estratégias europeias atualmente em preparação não poderão produzir efeitos concretos sem meios financeiros suficientes para apoiar os investimentos necessários nos portos, nas empresas e nos navios. Abordando a questão de uma eventual reforma da PCP, explicou que a WWF mantém uma posição cautelosa quanto ao início de uma revisão completa do regulamento no contexto político atual. Segundo ele, as evoluções institucionais observadas a nível europeu poderão levar a que certos avanços ambientais sejam postos em causa. Se necessário, deve ser privilegiada uma abordagem que consista em introduzir alterações muito específicas, sem se proceder a uma revisão geral da política.

María José Rico (FECOPPAS) apresentou a posição da sua organização a favor de uma revisão mais ambiciosa da PCP. Segundo ela, as numerosas iniciativas atualmente desenvolvidas a nível europeu — planeamento marítimo, transição energética, proteção dos ecossistemas ou renovação geracional — correm o risco de resultar numa justaposição de medidas insuficientemente coordenadas. Defendeu uma visão mais coerente que permita recolocar as comunidades piscatórias no centro das políticas europeias e sublinhou o papel desempenhado, há várias gerações, pelos pescadores no conhecimento e na gestão do meio marinho. Segundo ela, a renovação geracional não poderá ser assegurada sem uma melhoria global das condições de exercício da profissão, das perspetivas económicas e da imagem da profissão junto dos jovens.

No final dos debates, Sergio López, presidente do CC SUL, constatou que, para além das divergências quanto à oportunidade de uma revisão completa da PCP, se desenha um amplo consenso em torno de várias prioridades: reforçar a dimensão social da política comum, garantir a viabilidade económica das empresas de pesca, acompanhar as transições através de um quadro financeiro adequado, melhorar a governação europeia e reforçar o papel dos Conselhos Consultivos na elaboração das políticas públicas. Sugeriu que esta reflexão pudesse assumir a forma de um parecer específico ou de uma jornada de trabalho dedicada que reunisse todos os membros. Ficou acordado que o secretariado e a Presidência apresentarão uma proposta de programa de trabalho após a realização do InterCC.

b. Governança e funcionamento dos Conselhos Consultivos

O Comité Executivo analisou, em seguida, o projeto de «guia de conduta» transmitido pela Comissão Europeia relativo ao funcionamento dos Conselhos Consultivos.

Sergio López salientou, em primeiro lugar, que as dificuldades linguísticas continuam a constituir um obstáculo significativo à participação dos membros do CC SUL. Sergio López recordou que o CC SUL já tinha chamado a atenção da Comissão para esta questão em várias ocasiões, e que seria conveniente reiterar este pedido no âmbito da próxima reunião do InterCC.

Julien Lamothe (ANOP) partilhou esta análise e considerou que as reflexões atualmente em curso sobre os Conselhos Consultivos deveriam ir além das meras regras de funcionamento internas. Segundo ele, essas reflexões devem também levar a questionar o lugar que a Comissão realmente atribui aos Conselhos Consultivos no seu processo de tomada de decisão: considerou que os Conselhos Consultivos deveriam ser os interlocutores privilegiados da Comissão nas questões da sua competência e não apenas um fórum entre outros.

Raúl García (WWF) insistiu igualmente nas questões de governação. Recordou que as situações continuam a ser muito diferentes consoante os Estados-Membros e as regiões, tendo algumas administrações desenvolvido verdadeiros mecanismos de cogestão, enquanto outras ainda mantêm relações muito mais limitadas com as partes interessadas. Considerou que os Conselhos Consultivos constituem hoje um dos raros espaços que permitem reunir regularmente representantes do setor, ONG, cientistas e administrações à mesma mesa. Recordou, nomeadamente, que várias recomendações elaboradas no âmbito do CC SUL contribuíram para fazer evoluir os debates internacionais sobre certas espécies pelágicas, bem como para melhorar a gestão de várias pescarias. Citou igualmente os trabalhos realizados no âmbito do MEDAC sobre a transição da pesca de arrasto, que demonstram que um diálogo construtivo entre organizações profissionais e ONG permite identificar soluções comuns, inclusive em temas sensíveis.

BALANÇO

Os membros do Comité Executivo definiram as principais orientações da posição que o CC SUL defenderá na próxima reunião InterCC dedicada à avaliação da Política Comum das Pescas.

Verificou-se um amplo consenso quanto à necessidade de reforçar a dimensão social da PCP, mas os membros têm pontos de vista divergentes quanto à oportunidade de uma revisão completa da PCP.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Os membros reafirmaram o papel essencial dos Conselhos Consultivos na governação europeia das pescas e solicitaram à Comissão Europeia que melhorasse as condições de consulta, nomeadamente no que diz respeito ao tempo de debate, à participação efetiva e ao acesso aos serviços de interpretação.

Após a reunião InterCC, o secretariado elaborará uma proposta com vista a dar continuidade à reflexão do CC SUL sobre o futuro da PCP, quer sob a forma de um parecer específico, quer através da organização de uma reunião de reflexão dedicada que reúna a totalidade dos membros.

